

Interpretação do tema e planejamento do texto

Teoria

Você já esteve ou se imaginou em uma situação-limite, como o momento da realização da prova de Redação no vestibular? É fácil imaginar os “estágios” dessa ocasião tão peculiar em nossas vidas: certa tensão no ar, o silêncio imperando na sala, os minutos do relógio passando tão lenta e, ao mesmo tempo, tão rapidamente, num paradoxo angustiante. Nesse contexto, apenas um aspecto vem a sua mente: resolver a prova a todo custo! Escrever é a regra do jogo, e você deve fazer isso de forma consciente, constante e organizada. Então, você começa a escrever tudo aquilo que foi aprendido, todas as referências lidas, todas as reflexões feitas em sala de aula... Enfim, tudo o que você sabe e que diga respeito ao tema proposto pela banca. Desse modo, a nota atribuída pelo corretor será boa, certo? Errado. Infelizmente, a melhor estratégia não é a descrita acima.

De fato, uma prova de Redação só será corrigida se houver um “caderno de respostas” devidamente preenchido. No entanto, os alunos têm a (falsa) impressão de que somente no momento em que a caneta é utilizada na folha de prova é que esta está sendo resolvida. Na verdade, a tarefa de produção textual é muito mais complexa, e necessita de uma fase “pré-textual” talvez até mais demorada que a fase de escrita em si. Expliquemos: do mesmo modo que um edifício ou uma viagem, para darem certo, devem ser pensados e planejados com antecedência (quantos pavimentos vão existir, o perímetro a ser construído, a disposição dos cômodos, entre outros, no caso do edifício; o meio de transporte utilizado, o número de dias, a programação a ser “conferida”, no caso da viagem), um texto também só produzirá o efeito esperado se tiver passado por uma **fase de preparação**. Essa fase pode ser dividida, para fins didáticos, em **quatro etapas distintas**, que, se percorridas com o devido cuidado, permitirão ao candidato um gigantesco **salto de qualidade** no que tange à apreciação da banca. Vamos a elas?

As etapas de preparação

Etapa 1: interpretação da proposta de tema

É preciso ressaltar, antes de tudo, que a primeira etapa talvez seja a mais importante de todas. Isso porque, se você não tiver conseguido apreender na totalidade aquilo que a banca colocou em discussão, sempre será aplicado algum tipo de penalidade. Essa “falha” do vestibulando é o que chamamos de **fuga ao tema**. A fuga pode ser **total ou parcial**: no primeiro caso, a redação é **anulada** pela banca (como corrigir um texto que não versa sobre o que foi pedido? Como compará-lo com os demais?) e, obviamente, a nota correspondente é zero; no segundo caso, as possibilidades de erro são inúmeras, com as penalizações variando na mesma medida.

Para que esse tipo de problema não ocorra, é preciso que nos atentemos a aspectos extremamente importantes, discriminados a seguir:

- Dê **atenção total a cada uma das palavras** que compõem o tema. A banca teve cerca de um ano para pensar na proposta e, se aquelas palavras foram utilizadas, cada uma delas desempenha uma função específica dentro do contexto. Para que a apreensão dos sentidos da proposta seja completa – impedindo que ocorra fuga ao tema – esses sentidos específicos devem ser inter-relacionados para a composição do todo.
- Muito cuidado para **não confundir tema e assunto**. A falta de distinção pode levar o aluno a uma falha bastante grave. O assunto pode ser uma **referência genérica** ou um **fato específico**; o que o diferencia do tema é que este último é uma **discussão direcionada**, construída a partir do assunto escolhido. Para maior entendimento, observe os exemplos abaixo:
 - Exemplo: **Assunto**: “Educação dos surdos”.
Tema: “Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil (Enem 2017)”.
 - Exemplo 2: **Assunto**: “Intolerância religiosa”.
Tema: “Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil (Enem 2016)”.

Em ambos os exemplos, fica clara a distinção entre tema e assunto. No primeiro, o assunto vem com uma referência genérica (educação dos surdos), enquanto o tema traz uma discussão mais direcionada, um recorte em que se questionam os desafios na formação educacional dos surdos, delimitando o Brasil como o espaço de análise. No segundo, os casos de intolerância religiosa divulgados em 2016 é o assunto usado como pretexto para trazer à tona a verdadeira discussão: os caminhos para combater, nos dias de hoje, a intolerância religiosa no Brasil.

Etapa 2: listagem de ideias, exemplos, referências e argumentos

Em síntese, nesta etapa você deve elencar em uma folha de ‘rascunho’ toda e qualquer referência que surgir acerca do tema abordado. É o que chamamos de **brainstorm – tempestade cerebral**. Esse trabalho possui dupla função: primeiro, impedir que uma boa ideia seja esquecida no momento de escrita do texto; segundo, permitir ao candidato que suas referências sobre o tema sejam mais bem visualizadas e, com isso, a organização delas possa ser mais eficiente.

Etapa 3: organização e seleção das ideias

Neste momento, você já “passou para o papel” todo o seu conhecimento sobre a proposta de tema. Como você está bem-preparado, as referências são muitas e é praticamente impossível que todas elas façam parte do texto final sob pena de este tornar-se muito superficial. Por isso, deve-se proceder à seleção das melhores ideias, organizadas e associadas entre si, de modo a que a máxima coerência possível seja obtida.

Etapa 4: roteiro da redação

Trata-se do último momento pré-textual. Depois de todo o processo anterior, você já deve ter percebido que alguns “parágrafos” começam a se definir. Agora, é necessário preparar as linhas gerais da introdução, a ordem mais adequada para os parágrafos argumentativos que vão compor o desenvolvimento e o encaminhamento da conclusão.

Somente depois de observadas essas quatro etapas é que o candidato deverá começar a escrever. Lembre-se: quanto mais tempo for investido no planejamento do texto, menos tempo será gasto na escritura propriamente dita. Isso porque um texto bem planejado “flui” muito mais do que aquele feito “na hora” – em que o aluno acaba “empacando” inúmeras vezes.

Dica: o “descanso” do texto

Nos meios acadêmico e literário, fala-se muito do processo de “deixar o texto dormir” ou “colocar o texto para descansar”. Em poucas palavras, isso significa que devemos, em certo momento, deixar a nossa produção de lado por um instante, a fim de avaliá-la com certo distanciamento, certa frieza, facilitando a identificação de erros.

Na redação do vestibular, essa estratégia é bem interessante, uma vez que o aluno, depois de tanto ler o mesmo texto pronto, não percebe muitos defeitos na argumentação e na própria forma (letras “comidas”, pontuações equivocadas, palavras repetidas, etc).

O processo é simples: o candidato pode finalizar a etapa de rascunho, deixar o texto de lado e se dedicar a certo número de questões da prova. Depois de algum tempo, pode, por fim, voltar ao texto e, com certeza, perceberá os problemas antes escondidos e deixará a redação mais “polida”. Experimente fazer isso.

No link a seguir, há um exemplo de como os professores da Descomplica sugeriram o planejamento textual para o tema de 2022: “Desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil”. [Clique aqui para conferir!](#)

Exercícios de fixação

Leia o artigo e a proposta abaixo e, em seguida, responda o às questões:

(IFCE, 2020) TRAGÉDIA DA VALE EM BRUMADINHO

O que fazer quando empresas matam

Países têm o desafio de fazer com que grandes corporações, com receitas muitas vezes superiores a PIBs, respeitem os direitos humanos e sejam punidas por suas violações. Legislações, tratados e convenções focam na penalização de Estados e indivíduos.

Disponível em: <https://brasil.elpais.com>

Em 2019, o Brasil acompanhou a tragédia em Brumadinho, com mais de 200 mortos. Mais recentemente, em Fortaleza, um prédio desabou e deixou 9 mortos. Em situações como essas, quem deve responder pelos danos e prejuízos? A quem cabe a responsabilidade: ao poder público, aos empresários, aos fiscais? Escreva um texto dissertativo-argumentativo acerca da responsabilidade sobre esses desastres, suas consequências e o que deve ser feito para evitar novas tragédias.

1. A partir da leitura da coletânea e da proposta de redação, quais são as expectativas da banca em relação ao tema proposto?
 2. Diferentemente do modelo Enem, a proposta acima não apresentou uma frase tema bem definida. Com as suas palavras, elabore uma frase que sintetize o pedido da banca.
 3. Quais informações presentes na coletânea de texto seriam relevantes para a escrita da redação?
 4. Faça uma seleção de ideias com referências que possam ser utilizadas nesse tema.
 5. Determine, com as suas palavras, qual é o assunto e o tema da proposta solicitada.
-

Exercícios de vestibulares

TEMA 1

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “**Democratização do acesso ao cinema no Brasil**”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

No dia da primeira exibição pública de cinema — 28 de dezembro de 1895, em Paris —, um homem de teatro que trabalhava com mágicas, Georges Méliès, foi falar com Lumière, um dos inventores do cinema; queria adquirir um aparelho, e Lumière desencorajou-o, disse-lhe que o “Cinematógrapho” não tinha o menor futuro como espetáculo, era um instrumento científico para reproduzir o movimento e só poderia servir para pesquisas. Mesmo que o público, no início, se divertisse com ele, seria uma novidade de vida breve, logo cansaria. Lumière enganou-se. Como essa estranha máquina de austeros cientistas virou uma máquina de contar histórias para enormes plateias, de geração em geração, durante já quase um século?

BERNARDET, Jean-Claude. O que é Cinema. In BERNARDET, Jean-Claude; ROSSI, Clóvis. O que é Jornalismo, O que é Editora, O que é Cinema. São Paulo: Brasiliense, 1993

TEXTO II

Edgar Morin define o cinema como uma máquina que registra a existência e a restitui como tal, porém levando em consideração o indivíduo, ou seja, o cinema seria um meio de transpor para a tela o universo pessoal, solicitando a participação do espectador.

GUTFREIND, C. F. O filme e a representação do real. E-Compós, v. 6, 11, 2006 (adaptado).

TEXTO III



Disponível em: www.meioemensagem.com. Acessado em: 12 de junho de 2019 (adaptado).

TEXTO IV

O Brasil já teve um parque exibidor vigoroso e descentralizado: quase 3 300 salas em 1975, uma para cada 30 000 habitantes, 80% em cidades do interior. Desde então, o país mudou. Quase 120 milhões de pessoas a mais passaram a viver nas cidades. A urbanização acelerada, a falta de investimentos em infraestrutura urbana, a baixa capitalização das empresas exibidoras, as mudanças tecnológicas, entre outros fatores, alteraram a geografia do cinema. Em 1997, chegamos a pouco mais de 1 000 salas. Com a expansão dos shopping centers, a atividade de exibição se reorganizou. O número de cinemas duplicou, até chegar às atuais 2 200 salas. Esse crescimento, porém, além de insuficiente (o Brasil é apenas o 60º país na relação habitantes por sala), ocorreu de forma concentrada. Foram privilegiadas as áreas de renda mais alta das grandes cidades. Populações inteiras foram excluídas do universo do cinema ou continuam mal atendidas: o Norte e o Nordeste, as periferias urbanas, as cidades pequenas e médias do interior.

Disponível em: <https://cinemapertodevoce.ancine.gov.br>.

TEMA 2

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema “**Publicidade infantil em questão no Brasil**”, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

A aprovação, em abril de 2014, de uma resolução que considera abusiva a publicidade infantil, emitida pelo Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), deu início a um verdadeiro cabo de guerra envolvendo ONGs de defesa dos direitos das crianças e setores interessados na continuidade das propagandas dirigidas a esse público.

Elogiada por pais, ativistas e entidades, a resolução estabelece como abusiva toda propaganda dirigida à criança que tem “a intenção de persuadi-la para o consumo de qualquer produto ou serviço” e que utilize aspectos como desenhos animados, bonecos, linguagem infantil, trilhas sonoras com temas infantis, oferta de prêmios, brindes ou artigos colecionáveis que tenham apelo às crianças.

Ainda há dúvidas, porém, sobre como será a aplicação prática da resolução. E associações de anunciantes, emissoras, revistas e de empresas de licenciamento e fabricantes de produtos infantis criticam a medida e dizem não reconhecer a legitimidade constitucional do Conanda para legislar sobre publicidade e para impor a resolução tanto às famílias quanto ao mercado publicitário. Além disso, defendem que a autorregulamentação pelo Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) já seria uma forma de controlar e evitar abusos.

IDOETA, P. A.; BARBA, M. D. A publicidade infantil deve ser proibida? Disponível em: www.bbc.co.uk. Acesso em: 23 maio 2014 (adaptado).

TEXTO II



TEXTO III

Precisamos preparar a criança, desde pequena, para receber as informações do mundo exterior, para compreender o que está por trás da divulgação de produtos. Só assim ela se tornará o consumidor do futuro, aquele capaz de saber o que, como e por que comprar, ciente de suas reais necessidades e consciente de suas responsabilidades consigo mesma e com o mundo.

SILVA, A. M. D.; VASCONCELOS, L. R. A criança e o marketing: informações essenciais para proteger as crianças dos apelos do marketing infantil. São Paulo: Summus, 2012 (adaptado).

A partir da leitura dos temas apresentados:



1. Identifique o assunto das propostas temáticas.
2. Faça a interpretação dos temas.
3. Liste ideias, argumentos, referências e exemplos.
4. Organize as ideias selecionadas.



5. Esboce o roteiro de um dos temas.

TEMA 3

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo da sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

CAPÍTULO IV DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: [...]

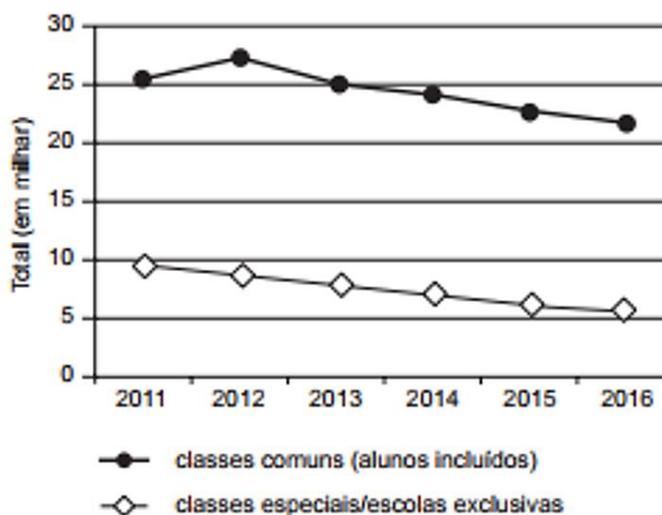
IV – oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas; [...]

XII – oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação.

BRASIL Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 9 jun. 2017 (fragmento).

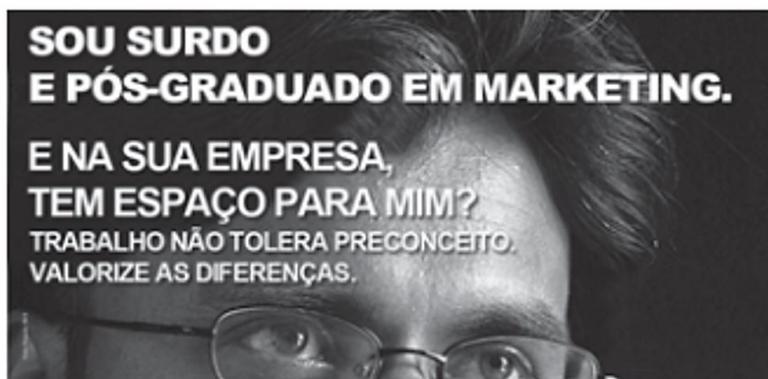
TEXTO II

Matrículas de Surdos na Educação Básica - Educação Especial



Fonte: Inep.

TEXTO III



Disponível em: <http://servicos.prt4.mpt.mp.br>. Acesso em: 3 jun. 2017 (adaptado).

TEXTO IV

No Brasil, os surdos só começaram a ter acesso à educação durante o Império, no governo de Dom Pedro II, que criou a primeira escola de educação de meninos surdos, em 26 de setembro de 1857, na antiga capital do País, o Rio de Janeiro. Hoje, no lugar da escola funciona o Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines). Por isso, a data foi escolhida como Dia do Surdo.

Contudo, foi somente em 2001, por meio da sanção da Lei nº 10.436, que a Língua Portuguesa de Sinais (Libras) foi reconhecida como segunda língua oficial no País. A legislação determinou também que devem ser garantidas, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Libras como meio de comunicação objetiva.

Disponível em: www.brasil.gov.br. Acesso em: 9 jun. 2017 (adaptado).

A partir da leitura da coletânea de textos e da frase-tema:

6. Identifique o assunto da proposta temática e faça a interpretação do tema.
7. Sintetize as informações presentes no texto I, II, III e IV.
8. Liste ideias, argumentos, referências e exemplos.
9. Organize as ideias selecionadas.
10. Esboce o roteiro da redação.

Gabaritos

Exercícios de fixação

1. A proposta pede que o texto busque uma argumentação que sustente quem é o responsável pelas tragédias como a de Brumadinho. Assim, é necessário escolher, dentre as opções, poder público, empresários, fiscais, qual/quais é/são o(s) responsável(is). Isso comporá a tese, que deverá ser sustentada a partir de argumentos coerentes. O trecho do texto do “El País”, apresentado como base na proposta, pode ser usado para pensar na responsabilização das empresas diante das tragédias.
2. Sugestão: “A responsabilidade sobre os desastres ambientais no Brasil e a necessidade de evitá-los.”
3. Tendo o texto dissertativo-argumentativo como o gênero solicitado pela banca, o objetivo é convencer o leitor sobre uma determinada opinião. Nesse caso, para fundamentar o ponto de vista, pode-se utilizar a própria referência ao deslizamento de Brumadinho.
4. Como referência ao tema sobre os desastres no Brasil: tragédia em Mariana e Brumadinho; derramamento de óleo no litoral brasileiro. Além disso, como estratégia argumentativa para comprovar a questão da responsabilidade sobre esses desastres, vale ressaltar a Lei de Crimes Ambientais e a Política Nacional do Meio Ambiente.
5. O assunto da proposta solicitada é a questão dos desastres ambientais no território brasileiro, e a restrição é acerca da culpabilização desses desastres e soluções para evitar novos.

Exercícios de vestibulares

1. Tema 1: Assunto – “Cinema e democratização”.
Tema 2: Assunto – “Publicidade infantil”.
 2. Tema 1: Por meio da leitura da frase-tema é possível perceber o recorte feito pela banca. O assunto é sobre o cinema, mas o tema pede que sejam analisados os limites e a facilitação do acesso ao meio de cultura na atualidade, de modo a garantir uma crítica sobre a desigualdade.
Tema 2: A partir da leitura da frase-tema e da coletânea, é possível identificar que o assunto é a publicidade infantil e o tema possui apenas o recorte no cenário brasileiro. Dessa forma, o aluno deveria, com auxílio da coletânea de textos, identificar um caminho a ser seguido. No primeiro texto da coletânea, fala-se sobre as publicidades persuasivas, direcionadas às crianças, que são consideradas abusivas. O texto II apresenta um gráfico sobre a publicidade para as crianças no mundo e informa que no Brasil há uma autorregulamentação, pois como não há leis nacionais, o setor cria normas e faz acordos com o governo. Já o texto III aborda como a criança deve ser preparada para receber informações para poder tornar-se um consumidor no futuro. Levando em consideração as informações analisadas, deveria ser pensado como o Brasil não possui leis para a publicidade infantil e propagandas abusivas que visam persuadir os seus leitores (crianças).
-

3. Tema 1: O acesso ao cinema não é igualitário, uma vez que, na atualidade, se disponibilizam em shoppings e locais de difícil acesso; não há cinema em todos os estados do país; as regiões NE e N são as mais afetadas.

Tema 2: Excesso de publicidades infantis persuasivas em mídias (TV, internet); comerciais de produtos infantis com referência a personagens infantis; restaurantes fast-foods com brinquedos; falta de leis que regulamentam a publicidade para crianças no Brasil.

4. Tema 1: Devido à captação de espaços culturais em shoppings, o acesso ao cinema se tornou cada vez mais monetizado e difícil, uma vez que atualmente possui um valor agregado sobre a disseminação do meio de arte e é atrelado aos grandes espaços de consumo, que não residem em todo o território brasileiro, gerando desigualdade.

Tema 2: Falta de regulamentação das publicidades infantis, excesso de publicidade voltada para as crianças.

5. Sugestão para roteiro do tema 1: Introdução – Grupos mais pobres são afetados diretamente pela ausência de democratização do acesso ao cinema no Brasil.

Argumento 1 – Em ambientes urbanos, há a concentração de cinemas em shoppings e áreas socialmente privilegiadas.

Argumento 2 – Efeitos negativos da falta de acesso à cultura por parte da população.

Solução – Incentivo governamental de construção de cinemas em ambientes não restritos à shoppings, a fim de pluralizar esse espaço e incentivar o acesso ao lazer e à cultura.

Sugestão para roteiro do tema 2: Introdução – Existem, hoje, muitas propagandas voltadas ao público infantil, de alimentos a brinquedos.

Argumento 1 – Não há regulamentação de leis sobre as publicidades direcionadas às crianças.

Argumento 2 – Devido à falta de maturidade, as crianças não conseguem bloquear a persuasão feita pelas publicidades.

Solução – O governo deve criar uma lei efetiva, e é papel da família promover o senso crítico da criança como futuro consumidor.

6. Tema: Educação dos surdos. A frase-tema apresentada faz um recorte para que sejam abordados os desafios que os surdos enfrentam na formação educacional e apresenta o Brasil como o espaço de análise acerca desse problema.

7. O texto I é um fragmento da Lei nº 13.146, que aborda os direitos à educação. Nela é previsto que a educação é um direito da pessoa com deficiência, assegurado em um sistema inclusivo, sendo dever do Estado, da família e da comunidade escolar assegurar educação de qualidade a eles. Além disso, deve-se garantir educação bilíngue, em Libras como primeira língua; oferta de ensino do Sistema Braille e uso de recursos de tecnologia, com o objetivo de promover a autonomia e participação dos alunos.

De acordo com o gráfico apresentado no texto II, desde o ano de 2011 há uma queda no número de matrículas de surdos na Educação Básica, tanto em classes comuns, quanto em classes especiais ou em escolas inclusivas.

A publicidade do texto III apresenta a informação que um homem surdo possui pós-graduação, ou seja, conseguiu uma continuidade em sua formação; entretanto, questiona se nas empresas há espaço para pessoas com deficiência (PCD).

No texto IV são apresentadas informações sobre o percurso percorrido ao longo dos anos pelos surdos. Apresenta o dia 26 de setembro como Dia do Surdo, visto que, em 1857, essa data foi importante pela criação da primeira escola de educação de meninos surdos, hoje, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines), além de mostrar que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é a segunda língua oficial do país desde 2012.

8. Constituição – liberdade e igualdade; Princípio de Equidade de Aristóteles; uma escola específica para surdos no RJ – Ines; licenciatura – disciplina de libras obrigatória; poucas escolas oferecem Libras como disciplina aos alunos do Ensino Fundamental; Paulo Freire – escola como instituição integradora e crítica aos estudantes.

9. Liberdade e igualdade não são aplicadas na prática; o futuro professor precisa saber Libras, mas não adianta somente o professor, se os alunos não forem bilíngues também; poucas escolas especializadas no ensino de alunos surdos, além de serem restritas à região metropolitana; falta de oportunidades para continuar a formação acadêmica.

10. Introdução: Pilares da democracia (liberdade e igualdade) + as máximas não são aplicadas;

Argumento 1: Obstáculo na formação dos profissionais especializados.

Argumento 2: Barreiras na inclusão dos surdos no ambiente escolar.

Solução: Ensino de LIBRAS obrigatório desde o EFII e capacitação e formação contínua aos profissionais da educação.
